

to atendendo-se aos ditames legais, especificamente para que a Conveniente possa executar o objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 11 de março de 2021. **SIGNATÁRIO:** André Motta Ribeiro, pela SES e Wilson Trevisan, pelo Município.

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2020TR001294.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Associação Beneficente Santa Teresinha, mantenedora do Hospital Santa Teresinha, com sede no Município de Braço do Norte. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2020TR001294 fica prorrogado até 31 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto no artigo 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais, especificamente para que a Conveniente possa executar o objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 10 de março de 2021. **SIGNATÁRIO:** André Motta Ribeiro, pela SES e Pedro Michels Neto, pela Associação.

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2020TR001576.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Associação Beneficente Santa Teresinha, mantenedora do Hospital Santa Teresinha, com sede no Município de Braço do Norte. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2020TR001576 fica prorrogado até 31 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto no artigo 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais, especificamente para que a Conveniente possa executar o objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 09 de março de 2021. **SIGNATÁRIO:** André Motta Ribeiro, pela SES e Pedro Michels Neto, pela Associação.
Cod. Mat.: 726911

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **2004/2021** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 108 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** ASLI COMERCIAL EIRELI, CNPJ 01.578.276/0001-14a penalidade de **ADVERTÊNCIA** por descumprimento à Autorização de fornecimento nº 187227/2020, Edital nº 2177/2019.

Cod. Mat.: 726913

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **58185/2020** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 108 do Decreto Estadual 2.617/09, **ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**, CNPJ 00.802.002/0001-02 a penalidade de **ADVERTÊNCIA** por descumprimento à Autorização de fornecimento nº 1348/2020–Edital 18/2019.
Cod. Mat.: 726928

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 76159/2020**e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa LICIMED DISTR. DE MED. COR. E PROD. MÉDICOS HOSP. LTDA, CNPJ nº 04.071.245/0001-60 a penalidade de MULTA no valor R\$ 5.571,72 por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº 11454/2020– Edital nº 1874/2019.
Cod. Mat.: 726807

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **4260/2021** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 108 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, CNPJ 81.706.251/0001-98 a penalidade de **ADVERTÊNCIA** por descumprimento à Autorização de fornecimento nº 190538/2020– Edital 638/2020.
Cod. Mat.: 726829

Segurança Pública

Polícia Civil

PORTARIA Nº 035/DIAF/DGPC/PCSC, de 17/03/2021
O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições conforme dispõe a Portaria nº 677/GAB/DGPC/SSP de 09/04/2019, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** como membro efetivo o Agente de Polícia **LUIZ EDUARDO WAGNER**, matrícula nº 0921640-5-01, para atuar na fiscalização da Autorização de Fornecimento nº 036/CPL/DGPC/2021. PCSC 26955/2021.
VALÉRIO ALVES DE BRITO
Diretor de Administração e Finanças da Polícia Civil
Cod. Mat.: 726817

ATO PUNITIVO Nº 6/PCSC/DGPC/CORPC/21, de 18/03/2021.
A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua **CORREGEDORAGERAL DA POLÍCIA CIVIL**, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a decisão prolatada na Sindicância Acusatória nº 21/2020, resolve **REPREENDER** o servidor **OSVALDO PELLINI STEIN**, matrícula nº 0923585001, AGENTE DE POLÍCIA CIVIL, por infração ao artigo 207, inciso VII, c/c artigo 204, ambos da Lei n. 6.843/86 EPC/SC.
MARIA CAROLINA MILANI CALDAS SARTOR
CorregedoraGeral da Polícia Civil
Cod. Mat.: 726840

PORTARIA Nº 036/DIAF/DGPC/PCSC, de 18/03/2021
O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições conforme dispõe a Portaria nº 677/GAB/DGPC/SSP de 09/04/2019, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** como membro titular o Escrivão de Polícia **IVANDRO DE LIMA**, matrícula nº 0974246-8-0, e como membro suplente a Agente de Polícia **ALINE RIBEIRO DOS SANTOS**, matrícula nº 0984793-6-02, para atuarem na fiscalização do Contrato nº 27/CPLO/DGPC/2021. PCSC 42326/2019.
VALÉRIO ALVES DE BRITO
Diretor de Administração e Finanças da Polícia Civil
Cod. Mat.: 726849

PORTARIA Nº 474/GAB/DGPC/PCSC, de 18/03/2021.
RETIFICAR, a Portaria nº 446/GAB/DGPC/PCSC, publicada no DOE nº 21479, de 16/03/2021, referente ao servidor SERGIO MURILO POFFO, matrícula nº 0187910301, para constituir o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública CTISP, onde se lê: PRORROGAR A DESIGNAÇÃO, leia-se: DESIGNAR.
PAULO NORBERTO KOERICH
Delegado Geral da Polícia Civil
Cod. Mat.: 726917

Polícia Militar

PORTARIA Nº 120/PMSC/2021.

Assunto: Prorroga os prazos dos arts. 19 e 22 e revoga inciso V do art. 4º, todos da Portaria nº 84/PMSC/2021.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, fundamentado no artigo 10 do Regulamento para as Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares (R-200), aprovado pelo Decreto federal nº 88.777, de 30 de setembro de 1983; art. 5º da Lei estadual nº 6.217, de 10 de

fevereiro de 1983 (Lei de Organização Básica da Polícia Militar), e artigo 36 do Regulamento da Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto estadual nº 19.237, de 14 de março de 1983,e com amparo no teor do Decretoestadual nº 515, de 2020,que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências, do Decreto estadual nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências e suas alterações, e considerando as recomendações da Secretaria de Estado da Saúde relativas a prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19), e

Considerando o teor da Instrução Normativa da SEA nº 23/2020, que estabelece procedimentos administrativos relativos ao registro de informações sobre servidores suspeitos de infecção por COVID-19, e adota outras providências;

Considerando o teor da Instrução Normativa da SEA nº 02/2021, que estabelece procedimentos administrativos para a operacionalização do trabalho remoto, aplicável aos servidores que atuam nos serviços públicos considerados não essenciais, durante a pandemia coronavírus (COVID-19), e adota outras providências;

Considerando o teor da Portaria nº 251 de 2020 da Secretaria de Estado da Saúde, que estabelece regras quanto a entrada de pessoas em órgãos públicos;

Considerando o teor da Portaria nº 348, de 2020 da Secretaria de Estado da Saúde, que estabelece a proibição de aglomerações de pessoas em qualquer ambiente;

Considerando o teor da Portaria nº 464 de 2020 da Secretaria de Estado da Saúde, que institui o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à Covid-19;

Considerando o teor da Portaria nº 592 de 2020 da Secretaria de Estado da Saúde, e suas atualizações, que estabelece os critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como as medidas de enfrentamento da COVID-19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional das regiões de saúde;

Considerando que a prioridade é a preservação da saúde dos(as) policiais militares e pessoal civil que trabalham na Polícia Militar;

Considerando a decisão do Governo do Estado de Santa Catarina em prorrogar as medidas de enfrentamento da COVID-19 até o dia 05 de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar os prazos constantes nos arts. 19 (sobrestamento dos prazos correccionais e 22 (visita a presos nos quartéis PM) da Portaria nº 84/PMSC/2021 até o dia 05 de abril de 2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 19 de março de 2021.

DIONEI TONET
Coronel PM - Comandante-Geral da PMSC
Cod. Mat.: 720114

Corpo de Bombeiros Militar

PORTARIA Nº 132/CBMSC, de 17/03/21.
Exonerar o 1º **Tenente BM Raniel Teles Pinheiro**, matrícula nº **931896-8**, da função de encarregado pelo tratamento de dados pessoais no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), ficando revogada a Portaria nº 360/CBMSC de 30/09/20. Designar o **Major BM André Luís Hach Pratts**, matrícula nº **927272-0**, como encarregado pelo tratamento de dados pessoais no CBMSC, a partir de 17/03/21.
Coronel BM CHARLES ALEXANDRE VIEIRA
Comandante-Geral do CBMSC
Cod. Mat.: 726875